

**PORTARIA Nº 32/2023**

Dispõe sobre a designação do Juiz de Direito Fábio Medeiros Falcão de Andrade.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a decisão do Conselho da Magistratura, em sua Sessão Ordinária de 12 de dezembro de 2022, ao apreciar o requerimento constante do Processo Administrativo nº 8500260-81.2022.8.06.0255, formulado pelo Juiz de Direito Francisco Anastácio Cavalcante Neto, Titular da 1ª Vara Criminal da Comarca de Sobral, em resposta pela Vara Única da Comarca de Meruoca;

RESOLVE designar o Juiz de Direito Fábio Medeiros Falcão de Andrade, Titular do 1º Juizado Auxiliar da 7ª Zona Judiciária, para, sem prejuízo de suas atribuições, atuar no Processo de nº 0200315-55.2022.8.06.0123, em curso na Vara Única da Comarca de Meruoca, em face da suspeição do magistrado Francisco Anastácio Cavalcante Neto, que responde pela referida unidade judiciária

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE. GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 11 de janeiro de 2023.

Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

PORTARIA Nº 34/2023-GABPRESI

Dispõe sobre aposentadoria de servidor.

A Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Processo Administrativo nº 8500004-65.2022.8.06.0150,

RESOLVE aposentar voluntariamente por tempo de contribuição, a partir de 1º de setembro de 2022, ANTÔNIO MOTA NETO, matrícula nº 707, no cargo de Técnico Judiciário, referência SPJNME08, nos termos do art. 20 da Emenda Constitucional nº 103/2019, publicada no Diário Oficial da União de 13 de novembro de 2019 e art. 1º, II e III, da Lei Complementar Estadual nº 210/2019, publicada no Diário Oficial do Estado de 19 de dezembro de 2019, ATRIBUINDO-LHE os proventos mensais no valor total de R\$ 18.109,86 (dezoito mil, cento e nove reais e oitenta e seis centavos), abaixo discriminados:

Vencimento – ref. SPJNME08 – 40 horas (Lei estadual nº 17.919/2022) (Dez mil, quatrocentos e noventa reais e nove centavos)	R\$ 10.490,09
Progressão Horizontal – 10% (art.43, §1º da Lei estadual nº 9.826/74) (Um mil, quarenta e nove reais e um centavo)	R\$ 1.049,01
Gratificação por Alcance de Metas (GAM) – 30% (art. 11 da Lei estadual nº 14.786/2010) (Três mil, cento e quarenta e sete reais e três centavos)	R\$ 3.147,03
Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (art. 10 da Lei estadual nº 14.786/2010) (Um mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e três centavos)	R\$ 1.454,03
Gratificação de Estímulo à Interiorização – GEI – 15% - (Art. 20 da Lei estadual nº 14.786/2010 com a redação dada pela Lei estadual nº 16.739/2018) (um mil, quinhentos e setenta e três reais e cinquenta e um centavos)	R\$ 1.573,51
Parcela Individual Complementar (art. 10 da Lei estadual nº 14.786/2010) (Trezentos e noventa e seis reais e dezenove centavos)	R\$ 396,19
TOTAL	R\$ 18.109,86
(Dezoito mil, cento e nove reais e oitenta e seis centavos)	

tudo de conformidade com a legislação acima mencionada.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, data e hora registradas em sistema.

Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira

Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará